DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

PI-DDLAE.01777-0/2022
Processo: DDLAE.02314-5/2022

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

GRAOS DO PIAUI CONCESSIONARIA DE RODOVIAS SPE S.A.

CPF/CNPJ

42.627.875/0001-68

EMPREENDIMENTO

NOME

GRÃOS DO PIAUÍ CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS

ATIVIDADES

ATIV.8692

CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE PEDÁGIO EM TRECHO DE RODOVIA LICENCIADA E SOB CONCESSÃO (D0048)

Município:

Bom Jesus (PI)

Coordenadas Geográficas:

09°04'17.28"S / 44°19'49.29"O

DETALHAMENTO

Venho por meio deste protocolo requerer a Dispensa de Licenciamento Ambiental para a **construção de praças de pedágio com base de serviços operacionais no trecho sob concessão da CS Grãos do Piauí, nas rodovias PI-397 e PI-262.**

Esta Concessão rodoviária faz parte do programa de Parcerias Público Privadas do Governo Estadual do Piauí e compreende um segmento contínuo de 276,8 km de extensão abrangendo as rodovias PI-397 e PI262. Nestes 276,8 km serão construídas **4 praças de pedágio** conforme indicadas no projeto anexado a

Assinado eletronicamente por CARLOS ANTONIO MOURA FE (Superintendência de Meio Ambiente) em 12/05/2022 às 19:58
[rddZK7NBZj3QXv1cxl4Na7iahRw44EU3Y7GaVYZOkaBsGJ5AXNhqYr7jYttCCw9H]

Emitido eletronicamente em 12/05/2022 19:58 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.18934-1/2022.1030.C2B8.6213]

este protocolo.

Praça 1 - PI-397 - km 24,490 - Sebastião Leal/PI (Latitude: 7°44'45.87"S; Longitude: 44°14'17.00"O)

Praça 2 - PI-397 - km 79,360 - Uruçuí/PI (Latitude: 8°11'7.79"S; Longitude: 44°17'1.83"O)

Praça 3 - PI-397 - km 158,940 - Currais/PI (Latitude: 8°41'54.11"S; Longitude: 44°34'28.78"O)

Praça 4 - PI-262 - km 35,800 - Bom Jesus/PI (Latitude: 9°16'56.68"S; Longitude: 44°50'10.25"O)

O planejamento quanto à alocação das praças de pedágio no trecho sob concessão, obedeceu a limitação de que elas não ficassem a uma distância inferior a 50 km entre elas e foram verificadas possíveis rotas de fuga. Os locais também foram selecionados observando pontos de menor impacto social e ambiental. Destacamos que além de acreditarmos que estas obras causem baixo impacto ambiental, as regiões onde as praças serão construídas foram bastante alteradas ao longo dos anos.

Destacamos também que não existem APPs, nem qualquer área em regime de proteção (UCs, Terras Indígenas, Quilombolas, cavidades naturais, bens tombados pelo IPHAN etc,) no trecho sob concessão da CS Grãos do Piauí, e as praças de pedágio serão alocadas em locais com seu uso e ocupação do solo já alterados ao longo da faixa de domínio da rodovia.

CONDIÇÕES GERAIS

i. A DDLAE no âmbito da SEMAR não se aplica às atividades de impacto local situadas em municípios licenciadores, devendo, neste caso, prevalecer as regulamentações específicas daquele município;
ii. A DDLAE não desobriga o responsável pela atividade/empreendimento do atendimento às normas de uso e ocupação do solo do município;
iii. Caso haja qualquer alteração na atividade/empreendimento que implique na mudança de sua classe conforme enquadramento contido no Anexo I da Resolução CONSEMA 033/2020, o interessado fica obrigado a requerer a DBIA ou licença ambiental junto à SEMAR;
iv. O desenvolvimento da atividade/empreendimento está restrito ao pedido protocolado e termos aprovados por meio do processo original, não devendo ocupar áreas de restrição e/ou interesse ambiental e áreas de preservação permanente sem expressa autorização deste órgão ambiental;
v. Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do interessado pela atividade/empreendimento, respondendo este legalmente pelas mesmas.
vi. A Dispensa de Licenciamento Ambiental não exime o empreendedor de atender aos regramentos específicos referentes à instalação/operação de atividades inseridas em Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento.
vii. Em caso de localização em imóvel rural é obrigatória a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
viii. Esta Dispensa não exime o empreendedor de possuir e atender/cumprir a Certidão de Dispensa de Outorga ou Portaria de Outorga para uso dos recursos hídricos caso esteja previsto na atividade/empreendimento captação, barramento, lançamento e outros usos, conforme legislações

Assinado eletronicamente por CARLOS ANTONIO MOURA FE (Superintendência de Meio Ambiente) em 12/05/2022 às 19:58
[rddZK7NBZj3QXv1cxl4Na7iahRw44EU3Y7GaVYZOkaBsGJ5AXNhqYr7jYttCCw9H]

Emitido eletronicamente em 12/05/2022 19:58 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.18934-1/2022.1030.C2B8.6213]

específicas.

ix. Esta Dispensa não autoriza o corte, a exploração ou a supressão de vegetação nativa.
x. Esta Dispensa não exime o empreendedor de zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas agronômicas, de minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental vigente.
xi. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
xii. Em qualquer fase da atividade/empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.
xiii. O empreendedor não está dispensado de buscar as demais licenças e/ou autorizações legalmente cabíveis, bem como de observar em sua atividade/empreendimento, as normas ambientais vigentes, sujeitando-se o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas no ordenamento jurídico.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE)"

OBSERVAÇÕES

Nada consta.

Teresina (PI), 12/05/2022

(assinado eletronicamente)
CARLOS ANTONIO MOURA FE
Superintendente de Meio Ambiente
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por CARLOS ANTONIO MOURA FE (Superintendência de Meio Ambiente) em 12/05/2022 às 19:58
[rddZK7NBZj3QXv1cxl4Na7iahRw44EU3Y7GaVYZOkaBsGJ5AXNhqYr7jYttCCw9H]

Emitido eletronicamente em 12/05/2022 19:58 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.18934-1/2022.1030.C2B8.6213]